

Justiça decide que transporte à Apae e Sorri deve ser pago pela prefeitura

Decisão atende à ação civil movida pelo MP após o órgão detectar que passes foram suspensos sem aviso prévio às famílias

TISA MORAES

A Justiça de Bauru determinou que a prefeitura volte a garantir o transporte de crianças e adolescentes com deficiência matriculados na rede pública municipal de ensino e que fazem tratamento no contraturno escolar na Apae ou na Sorri. A decisão atende a pedido da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, que ajuizou ação civil pública depois de tomar conhecimento de que o fornecimento de passes aos pacientes havia sido suspenso sem aviso prévio.

A sentença, proferida pelo juiz Ubirajara Maintinguer, da Vara da Infância e Juventude, em 8 de junho, estabelece prazo de 60 dias, a partir da data em que a administração municipal for cientificada, para cumprimento da ordem, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1 mil. A prefeitura foi procurada na tarde desta sexta-feira (24)

PRAZO
Município terá 60 dias para restabelecer o transporte a alunos com deficiência

para comentar o assunto, mas, devido ao adiantado da hora, não conseguiu consultar a Secretaria de Negócios Jurídicos.

Segundo o promotor de Justiça da Infância e Juventude, Lucas Pimentel de Oliveira, as reclamações sobre a interrupção do fornecimento de passe para que alunos com diagnóstico ou suspeita de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem pudessem se deslocar até a Apae ou Sorri começaram a se intensificar em 2020.

As duas entidades, com quem a prefeitura mantém convênio, confirmaram que muitas crianças e adolescentes estavam ficando sem o vale-trans-

porte. E o mesmo problema foi relatado pelo Conselho Tutelar.

PREJUÍZO AO TRATAMENTO

A Apae, inclusive, chegou a informar que 10% das famílias alegaram não conseguir dar sequência ao tratamento destes pacientes devido à falta de recursos financeiros para custeio dos passes, que, antes, eram fornecidos pelas secretarias municipais do Bem-Estar Social ou de Saúde. Com o problema detectado, o Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial do Ministério Público apurou que a suspensão da entrega dos vales resultou, de fato, no aumento da evasão destas crianças e adolescentes, com prejuízo direto para a evolução do tratamento especializado garantido a eles.

Antes de propor a ação, o Ministério Público chegou a encaminhar ofício à prefeita Suellen Rosim recomendando a retomada da distribuição dos passes e realizou quatro reu-

Promotor Lucas Pimentel até realizou reuniões com a prefeitura para tentar resolver o impasse; sem solução, saída foi ajuizar ação civil pública



Marcelo Tonelli

niões com as secretarias municipais de Saúde e Educação. Sem que uma solução para o impasse fosse dada, o órgão ajuizou a ação em maio de 2022, que resultou, agora, na determinação judicial que impõe a garantia de transporte gratuito aos estudantes, de suas casas aos locais de atendimentos e retorno para o lar, até eventual alta médica.

“No momento em que se nega transporte, o serviço especializado aos alunos deficientes fica inviabilizado, já que, sem condições financeiras, eles deixam de dar seguimento ao tratamento. Isso resulta na privação do exercício de cidadania desta crianças e adolescentes, com dano irreparável ao seu desenvolvimento educacional e social”, comenta o promotor.

Começa atendimento especializado a alunos com deficiência

Também em razão de uma ação civil pública movida pela Promotoria da Infância e Juventude de Bauru, alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem matriculados na rede estadual começaram a ter atendimento especializado na Apae neste ano, inclusive com direito a transporte até a instituição. Segundo o promotor Lucas Pimentel de Oliveira, foram penhorados R\$ 135 mil dos cofres estaduais para

custeio do tratamento de 50 crianças e adolescentes durante 12 meses.

“Este dinheiro já foi para a conta da Apae. Agora, estou levantando a demanda atual para intimar o Estado a ampliar o serviço a todos os alunos que têm direito”, frisa. A estimativa é de que haja cerca de 500 estudantes na rede estadual que se enquadram nos critérios.

A ação civil pública foi protocolada em 2019 para

que o governo paulista, assim como o município já fazia, também garantisse a seus alunos com deficiência atendimento especializado no contraturno escolar, em áreas como fonoaudiologia, fisioterapia e psicologia.

O processo, que incluiu pedido de garantia de transporte gratuito aos estudantes, obteve decisão favorável no Superior Tribunal de Justiça (STJ) no ano passado.

LOTERIAS	
LOTOFÁCIL 2555	LOTOMANIA 2330
24/06/2022	24/06/2022
02 - 03 - 04 - 06 - 07	02 - 07 - 10 - 15 - 19
08 - 11 - 12 - 16 - 17	20 - 23 - 28 - 32 - 33
18 - 21 - 22 - 23 - 25	42 - 50 - 51 - 52 - 55
	60 - 77 - 84 - 88 - 92

Os resultados são obtidos pelo site da Caixa Econômica Federal. A publicação atualizada das extrações depende do horário dos sorteios em relação ao fechamento da edição.
Site oficial: loterias.caixa.gov.br

ANUNCIE EM NOSSOS CLASSIFICADOS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Geral Pagina: 5